

Turismo diplomático

Com a visita que inicia hoje à Índia, precedida de uma escala de um dia em Barcelona, na Espanha, com retorno previsto apenas para domingo, o presidente Fernando Henrique Cardoso completa sua 16ª viagem ao Exterior em pouco mais de um ano de governo. São, segundo os cálculos apresentados ontem pelo **Jornal da Tarde**, 203 mil milhas voadas, equivalentes a 7,89 voltas ao redor da Terra, o que significa quase dois meses inteiros de ausência do chefe de governo do comando dos negócios internos do Estado brasileiro. Pelo menos duas outras viagens já estão previstas para este primeiro semestre: ao Japão e à França.

Trata-se, certamente, de um autêntico recorde mundial. Nunca nenhum outro chefe de governo ou de Estado, de qualquer país do mundo, viajou tanto, em tão pouco tempo, para o Exterior.

Já tendo sido criticado por essa compulsiva propensão para o turismo diplomático, o presidente Fernando Henrique julgou conveniente publicar um artigo na sexta-feira passada, no *Jornal do Brasil*, respondendo antecipadamente a novas críticas que porventura venha a ouvir por esta nova ausência de uma semana da capital da República; num momento tão importante para seu governo, como este em que vai acesa a discussão do projeto de reforma da Previdência. Como esta crítica que estamos fazendo.

Os argumentos utilizados pelo presidente no artigo do *JB*, para justificar as viagens que promete continuar fazendo ao longo de todo o seu mandato, são uma coletânea de obviedades ululantes. Nada do que diz sobre a importância para o Brasil de estreitar cada vez mais suas relações políticas, comerciais, econômicas e científicas com os principais países desta aldeia global chamada Terra é exagerado. O que nos parece exagerada, e prejudicial aos interesses imediatos do seu governo, é a preocupação do presidente de fazer pessoalmente aquilo que um corpo diplomático dos mais competentes do mundo, como o brasileiro, pode e deve fazer, por sua delegação, em quase todos os casos.

Ninguém nega a importância da política de aproximação, agora posta em prática, com os novos Tigres Asiáticos, com a China, que, se conseguir resolver o seu dramático problema político, emergirá certamente como uma das maiores potências econômicas do planeta, e com essa fascinante Índia, cujo regime democrático estável é um autêntico milagre político que lhe permite ir-se transformando rapidamente numa nação moderna, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista científico e tecnológico, já hoje com uma classe média mais numerosa do que toda a população do Brasil. Mas nada disso justifica as ausências prolongadas do presidente Fernando Henrique Cardoso.

As negociações diplomáticas e comerciais, esse contato estreito com os outros países, são tarefas para serem desenvolvidas pelos técnicos da área diplomática, o embaixador e o chanceler, e, em casos específicos, como acordos sobre ciência e tecnologia, pelo ministro setorial. Ao presidente cabe dar a linha de ação e referendar esses acordos, sem negociar diretamente. E deve preservar o espetáculo e a pompa só para as grandes ocasiões.

Mas, mesmo com essas restrições, as viagens presidenciais não seriam um grande problema se elas não tivessem repercussão direta, negativa, nas ações internas do governo, na tramitação de projetos urgentes e vitais para a sobrevivência do Plano Real. O presidente Fernando Henrique Cardoso, no artigo citado, diz que isso não acontece, porque ele deixa pessoas competentes encarregadas de evitar uma solução de continuidade na ação política do governo, como o vice-presidente Marco Maciel. Embora seja inegável a habilidade política e a competência do vice, não é verdade que ele — ou os ministros — supra a ausência do presidente. Maciel não é do partido do presidente, sofre críticas e resistências cerradas no PSDB e tem os constrangimentos naturais, por não ser o titular do cargo, para tomar decisões. O próprio FHC desmentiu essa sua tese na conversa que teve com Alain Touraine, publicada pelo **Estado**, quando, analisando o papel do presidente da República no Brasil disse: "(o presidente) tem de ficar o tempo todo prestando atenção ao que acontece no Congresso, negociando, e é *intransferível esse tipo de papel* (grifo nosso)".

Na viagem à China, porque deixou aqui alguns problemas irresolvidos — caso Sivam e caso Pasta Rosa —, o presidente enfrentou uma crise política que pôs em risco a credibilidade de seu governo e serviu para atrasar o andamento das reformas constitucionais, a votação do Orçamento da União e a aprovação do Fundo de Estabilização Fiscal. Agora, ele sai para a Índia no auge das negociações do acordo da Previdência Social, quando o Congresso, mais uma vez, adia o início da discussão e votação da emenda previdenciária na Comissão Especial da Câmara e já se fala até que ela só será votada em fevereiro, quando a previsão, até a semana passada, era de que estaria totalmente aprovada na Câmara até lá.

É natural que Fernando Henrique Cardoso, saudosos dos seus tempos no Ministério do Exterior, prefira as amenidades das viagens diplomáticas à obrigação penosa de enfrentar diariamente a resistência do fisiologismo congressual — ou da "visão conservadora, corporativista e clientelista", como ele explicou a Touraine — às reformas das quais depende a estabilização definitiva da economia nacional, ou seja, o êxito do seu governo.

Mas essa é uma obrigação intransferível.